

DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICO - METODOLÓGICAS SOBRE O TERMO SEGREGAÇÃO

Franciele Miranda Ferreira Dias¹

¹Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: franciele.ferreiradias@gmail.com

Artigo recebido em 20/09/2013 e aceito em 12/01/2015

RESUMO

O estudo da segregação, seja residencial, socioespacial ou social, iniciou-se involuntariamente através de autores como Engels (1975). O interesse pelo tema e a evolução de conceituação intensificaram-se a partir do momento em que as cidades tornaram-se espaços de diferenciação sociais mais acentuadas, tornando-se perceptível que as classes sociais de maior poder aquisitivo separaram-se, quanto à localização de suas residências no espaço urbano, daquelas classes sociais de menor poder aquisitivo, sendo perceptível através das diferentes teorias sobre segregação, que a localização das distintas classes sociais altera-se com o decorrer do tempo. Essas mudanças são expressas através de diferentes enfoques teóricos-metodológicos, sendo o objetivo do presente artigo, demonstrar essas mudanças. Nesse sentido, procura-se contribuir com um resgate teórico sobre como a segregação tem sido estudada com o decorrer do tempo, para as cidades ocidentais e este estudo se expande para além da Geografia quando fazemos uso, neste trabalho, de autores que não sejam geógrafos.

Palavras-chaves: Segregação residencial; socioespacial; Geografia Urbana; Espaço Urbano

DIFFÉRENTES PERSPECTIVES THÉORIQUES ET MÉTHODOLOGIQUES SUR LE TERME SÉGRÉGATION

ABSTRACT

L'étude de la ségrégation, qu'il soit résidentiel, social ou socio, a commencé involontairement par des auteurs comme Engels (1975). Intérêt pour le sujet et l'évolution de la conceptualisation intensifiées à partir du moment où les villes sont devenues des espaces plus marqués différenciation sociale, devenir sensible que les classes sociales avec un pouvoir d'achat se séparèrent, à l'emplacement de leur ménages dans les zones urbaines, les classes sociales avec un pouvoir d'achat plus faible, étant perçus à travers les différentes théories de la ségrégation, l'emplacement des différentes classes sociales changent avec le passage du temps. Ces variations sont exprimées à travers différentes approches théoriques et méthodologiques, dans le but de l'ancien présent, démontrent ces changements. Donc, nous cherchons à contribuer à une enquête théorique sur la façon dont la séparation a été étudié avec le passage du temps, les villes de l'ouest et cette étude s'étend au-delà de géographie lorsque nous utilisons dans ce travail des auteurs qui ne sont pas des géographes.

Mots-clés: Ségrégation résidentielle; socio, géographie urbaine; l'espace urbain.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da dissertação em Geografia de Ferreira Dias (2013), sendo a segregação residencial, objeto de estudo da mesma.

O processo da segregação residencial que pode ainda ser denominado de social, socioespacial, socioeconômico dentre outros, tem recebido a atenção dos estudiosos contemporâneos, motivados pelo crescimento das cidades e intensificação das diferenças sociais, manifestando-se na separação de classes sociais nos espaços urbanos.

O trabalho enfatiza as discussões advindas de autores ocidentais e tem como propósito o processo da segregação. Igualmente o estudo da segregação ao qual nos referimos diz respeito às Ciências Sociais e a Geografia tendo como objeto de estudo o espaço urbano, pois ao pensar a palavra segregação, de uma maneira geral, pode remeter-se à biologia e mesmo dentro das ciências sociais, a segregação racial, aspectos não analisados no presente artigo.

Entretanto, nesse resgate teórico-metodológico procurou-se pela gênese das teorias sobre a segregação, sem desmerecer o mérito daqueles autores que fizeram releituras dessas teorias, uma vez que as mesmas contribuem com análises pormenorizadas de diferentes espaços urbanos.

Pretende-se apresentar a evolução das teorias sobre a segregação e, qualquer de seus enfoques, seja residencial, social, socioespacial, como requisito para uma análise temporal e espacial desse processo social.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu de uma revisão bibliográfica acerca de autores que tratam do tema segregação, quanto ao entendimento de um processo social que ocorre no espaço urbano. Pelo fato de considerarmos o estudo da segregação enquanto um processo social que se manifesta no espaço urbano, utilizou-se fontes bibliográficas referentes a geógrafos, sociólogos e economistas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na origem das cidades já se observava as separações de classes sociais quanto às suas respectivas localizações, motivadas pelas diferenças entre classes que no decorrer do tempo e com o estabelecimento do capitalismo, foram intensificadas.

De acordo com Mumford (1998) as cidades surgiram há cerca de 5 mil anos e a segregação residencial emergiu com a própria cidade.

Para o autor, a diferença social necessária para que haja a segregação, é um processo que surge com a divisão social do trabalho. Não foi o simples aumento de população que transformou as aldeias em cidades, mas emergiu da cultura paleolítica e da composição humana da cidade mais complexa: mineiro, lenhador, pescador, cada um com seus instrumentos e habilidades, levando ao estabelecimento de uma divisão social do trabalho.

“[...] se alguma divisão do trabalho existe é da espécie rudimentar, determinada mais pela idade e pela força do que pela aptidão vocacional. Quem olha o rosto de seu vizinho, enxerga a própria imagem” (MUMFORD, 1998, p. 25).

Esta divisão, a instituição do poder político atrelado ao religioso, a exploração da maioria da população por uma minoria e a produção de excedentes, resultaram na divisão em classes sociais, que certamente se aguçou com a propriedade privada ou a falta dela. Mumford (1998) acrescenta que o Estado sempre protegeu a propriedade privada dando respaldo para que historicamente alguns indivíduos passassem a acumular riquezas e propriedades privadas, ampliando-se a divisão entre ricos e pobres e também a disputa pela propriedade privada.

Para Mumford (1998) o estabelecimento de um monopólio econômico e político foi um requisito inicial para o estabelecimento das cidades, diminuindo a distância física entre os habitantes, mas aumentando a distância psicológica, ou seja, criou-se uma cultura urbana, em que se realiza na separação daquele que não é da mesma classe social, levando à segregação.

Com o estabelecimento do capitalismo, a necessidade de aumentar a produção, ampliado com o desenrolar da industrialização, a cidade passou por outro período de crescimento e desenvolvimento de suas formas urbanas e funções. Nesse momento, a cidade se torna local da mais intensa diferenciação social, necessária ao processo de acumulação capitalista.

A segregação residencial é a forma mais intensa de diferenciação social e nesse processo se observa que: quanto maior a cidade, mais heterogênea; há distintos tipos de cidade (comercial, industrial, administrativa); os períodos históricos são distintos e revelam diferentes modos de produção e formas de segregação.

Para Singer (1979) a intensificação das diferenças de classes sociais molda o desenvolvimento da sociedade e estabelece a bipolaridade entre campo e cidade. A cidade é a sede do poder e da classe dominante enquanto o campo é o local de atividade primária. Para que haja a cidade, é necessária a presença de instituições sociais, uma relação de dominação, exploração, a fim de que se transfira o excedente do campo para cidade.

Tanto Singer (1979) como Mumford (1998) entendem que na origem da cidade, a classe dominante se isolou em relação às outras classes, ocasionando o surgimento de uma segregação urbana. Neste sentido, o surgimento da cidade implica na divisão social do trabalho, sendo que as classes dominantes procuraram se separar das classes que lhes eram diferentes.

Os primeiros estudos sobre segregação residencial foram elaborados possivelmente por Kohl em 1841, que analisou as cidades pré-industriais da Europa Ocidental. Corrêa (1995) expõe que o modelo criado por Kohl era baseado em círculos onde a população de alto status residia junto ao centro e a de baixo status na periferia. Esse estudo é uma referência bibliográfica pouco acessível, mas válida por ser um dos primeiros a estabelecer um modelo das distribuições das classes sociais nas cidades, (CORRÊA, 1995).

Esta situação identificada difere-se bastante daquela encontrada por Engels (1975) sobre a situação da classe operária nas grandes cidades do Reino Unido entre os anos de 1842 e 1844, referida ao processo de exploração da força de trabalho nas grandes cidades industriais. O autor observou a individualidade e a necessidade que as classes mais ricas tinham de se isolar em relação aos trabalhadores que residiam em loteamentos de má reputação. Em geral esses loteamentos se localizavam próximos às residências dos ricos, mas o ideal para época, é que a pobreza ficasse longe dos olhos das classes de maior poder aquisitivo. Ao analisar a disposição dos loteamentos e suas classes sociais, afirmava que:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários bairros de má reputação – onde se concentra a classe operária. É certa e frequente a pobreza em morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas em geral designaram-lhes um lugar a parte, onde ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes bairros de má reputação são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade, maior parte das vezes são construções de dois andares [...] (ENGELS, 1975, p. 59).

Os bairros ricos e áreas valorizadas na cidade recebiam melhor tratamento por parte do poder público. O desenho da cidade mostrava classes ricas residindo nas áreas mais altas da cidade enquanto os operários residiam nas áreas mais baixas, o que muda com o decorrer do tempo e depende das características geográficas da cidade. Em Londres, os operários localizavam em áreas periféricas e áreas centrais degradadas, que haviam sido abandonadas pela burguesia, pois essa se deslocou para áreas periféricas com amenidades. Engels (1975) notou ainda que as áreas desfavorecidas como encostas íngremes e fundos de vales, bem como locais atingidos pelos ventos com poluição industrial, eram locais de moradia dos operários.

A análise de Engels (1975) destacava Manchester por considerá-la uma cidade industrial, mas com papel comercial marcante. Essa cidade apresentava as classes sociais separadas de forma mais clara:

[...] podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela quotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários, se nos limitarmos a cuidar dos nossos negócios, ou a passearmos. Mas isto se deve principalmente ao facto de os bairros operários - quer por um acordo inconsciente e tácito, quer por intenção consciente e confessa - estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas a classe média, ou então, quando isso é impossível, dissimulados pelo manto da caridade (ENGELS, 1975, p. 88).

Assim, havia um bairro central grande e o restante da cidade era composto de um enorme bairro proletário. Entre o centro e o bairro operário habitava a média burguesia e a alta burguesia, estando a média burguesia nas áreas mais próximas ao bairro operário.

Sei muito bem que esta disposição hipócrita das construções é mais ou menos comum a todas as grandes cidades; [...] mas em parte alguma como em Manchester constatei um isolamento tão sistemático da classe operária, afastada das grandes ruas, uma arte tão delicada em mascarar tudo o que pudesse ferir a vista ou os nervos da burguesia. Contudo, a construção de Manchester corresponde menos que em qualquer outra cidade a um plano preciso ou a regulamentos de polícia, a sua disposição mais do que qualquer outra cidade, é fruto do acaso [...] (ENGELS, 1975, p. 82).

Nessa cidade, a divisão do trabalho se mostrou mais avançada, pois nem todas as habitações da classe operária eram péssimas, havia segmentos especializados de trabalhadores e que por essa razão, obtinham melhores remunerações, podendo morar em melhores habitações. Assim, não era possível dividir as classes sociais em proletários e capitalistas, pois havia grupos dominantes, compostos pelos proprietários dos meios de produção, administradores diretamente ligados a essa classe e classes médias, em especial os rentistas que viviam do aluguel das habitações proletárias. O outro grupo era a maioria da população, os proletários.

Observa-se no trabalho de Engels (1975) uma evolução do modelo de segregação da cidade pré-industrial de Kohl. A cidade analisada por Engels nasce industrial ou torna-se industrial e isso implica em uma maior divisão social do trabalho bem como uma complexificação da morfologia urbana de tais cidades. Embora a situação descrita por Engels não tenha recebido o nome de segregação, foi o primeiro estudo sobre essa temática.

Engels (1975) não formulou um modelo, mas entre as particularidades de cada cidade que analisou, é possível identificar um perfil das mesmas no que tange aos locais de moradia: a cidade abriga classes pobres em áreas degradadas do centro e áreas periféricas que sejam desagradáveis, as classes médias se localizam ao redor da área central e as classes ricas

deslocavam-se do centro, indo habitar as periferias que tivessem uma paisagem agradável e amplos espaços para habitação.

Nos anos 1920, na Universidade de Chicago (EUA), surgiu um grupo de pesquisadores composto por sociólogos, denominado Escola de Chicago, cujos estudos consideravam a relação dos indivíduos com a cidade e foram os primeiros a articular teoria e pesquisa de campo, preocupando-se com o surgimento de *slums*¹ e criminalidade, casos que se iniciavam nas cidades industriais do nordeste dos EUA no início do século XX. Os primeiros estudiosos da Escola de Chicago foram Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess, Roderick Duncan Mckenzie, William Thomas, Albion W. Small.

O conceito de segregação foi formalmente explicitado com a Escola de Chicago, que buscava os motivos desse processo, mas com enfoque na separação das raças, ou seja, na segregação racial. Destaca-se a contribuição de Burgess (1970) ao analisar a distribuição dos indivíduos no espaço urbano, pois as camadas mais ricas passavam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança enquanto as camadas mais pobres migravam em direção ao centro da cidade, a fim de minimizar as distâncias do trabalho.

A teoria de Burgess (1970) evidenciou a distribuição de classes sociais em círculos concêntricos, baseando-se em estudo realizado em Chicago, em que se considerava a curva de aluguéis, ou seja, na quantidade de pessoas dispostas a pagar pela terra. Esse modelo relacionava o status socioeconômico (renda) das residências com a distância ao centro de negócios (CDB). Assim, o primeiro círculo se refere à área central da cidade; o segundo círculo é denominado zona de obsolescência, local degradado devido à presença de atividades ilegais, o terceiro círculo se refere aos bairros operários, no quarto círculo se localiza a residência das elites e no quinto círculo a zona de commuters, áreas suburbanas ou cidades satélites (BURGESS, 1970). Esse modelo repete aquelas condições que Engels (1975) havia encontrado para as cidades inglesas.

A Escola de Chicago entendia a segregação como um processo voluntário ou involuntário. Seria voluntário se os indivíduos procurassem viver com outras pessoas de sua classe social, sendo que os pesquisadores consideravam o individual e não a classe social. A segregação seria involuntária quando o indivíduo ou família precisasse se deslocar para outras áreas da cidade contra a sua vontade, devido à atuação de várias forças. Novamente tratava-se da análise do indivíduo e não da luta de classes e seus resultados na distribuição das classes sociais no espaço urbano.

¹ Equivalente ao termo brasileiro favela.

Hoyt (2005) analisou a distribuição das classes sociais em 25 cidades americanas dando-lhe embasamento para formular a teoria dos setores. Nessa teoria o desenvolvimento urbano não se dava em círculos e sim de forma axial, concêntrico, em setores. Para o autor, os setores surgiam a partir do centro da cidade, com diferentes tipos de residência, seguindo um esquema radial.

A teoria dos setores mostrava que as classes de alto status ocupavam um ou mais setores na cidade, diametralmente oposto à localização da população de baixo status econômico. As áreas de classes pobres localizavam-se a distâncias cada vez maiores, conforme a cidade crescia e as áreas ao redor da alta renda foram ocupadas por camadas intermediárias, embora fosse possível surgir valorização em outras áreas periféricas, mediante a presença de amenidades. Porém, ocorreu o abandono do centro pela burguesia, tornando-se local habitado pela classe operária e os apartamentos de luxo passaram a ser localizados próximos ao núcleo de negócios e áreas residenciais tradicionais.

O advento do uso do automóvel corroborou sua teoria, pois esse meio de transporte tornou possível a descentralização da cidade, a expansão urbana e a formação de núcleos secundários. Hoyt (2005) notou que a renda da terra aumentava na medida em que a cidade crescia e que direcionava a expansão urbana. A ação dos promotores imobiliários também direcionava onde se daria a expansão urbana a fim de atender as classes mais ricas. Essas mudanças internas podiam levar a novas localizações e criação de homogeneidade através de enclaves e guetos. Por fim, a disputa por novas áreas levava às mudanças nas cidades.

A diferença dos estudos de Burgess (1970), Kohl (1841) e Hoyt (2005) é que esse último não considera a relação centro-periferia apenas na distribuição das classes sociais nas cidades, ou seja, um padrão de segregação que se inicia no centro e se expande em direção à periferia. O autor entende as vias de transporte como direcionadores de onde as classes sociais procuram habitar. A população de alto status tende a se localizar em locais periféricos, próximo aos eixos de circulação que atravessam as melhores áreas da cidade. Dessa forma as classes de alta renda podem se localizar em um ou mais setores da cidade.

Em 1945 Harris & Ullman (1964) formularam a teoria dos núcleos múltiplos. Essa teoria consistia em diversos centros especializados em diferentes atividades econômicas, mostrando-se importante os fatores geográficos e topográficos. O modelo compunha-se de Distrito Central de Negócios (CDB), Zona de Transição; três Zonas Residenciais; uma de baixo status, médio status e alto status econômico; Zona Industrial; Pequenos Centros de Negócios; Subúrbios;

Parques Industriais localizados nos subúrbios e as *Commuter Belts*, algo como as chácaras ao redor da cidade, de propriedade das classes altas, que se deslocavam diariamente para trabalhar.

A diferença desse modelo em relação aos precursores Hoyt (2005) e Burgess (1970) se dá pela complexidade da cidade estudada após a 2ª Guerra Mundial, demonstrando o quanto as mudanças introduzidas no período alteraram a disposição da mesma. Um dos fatores mais importantes é o advento do transporte individual, em especial o automóvel e sua popularização, que tornou possível a descentralização do comércio, criando-se subcentros em bairros principais e a descentralização da indústria, não sendo necessário morar próximo ao local de trabalho.

Para os autores, as cidades não cresciam ao redor do CDB, mas pela integração dos núcleos separados em uma cidade. A valorização da terra urbana não estava relacionada apenas com a distância, mas também: 1) acessibilidade diferencial para aquelas cidades que necessitam de localizações específicas, por exemplo, terminais portuários; 2) compatibilidade do uso da terra, relacionada à criação de economia de aglomeração; 3) uso de terras incontáveis, que não usadas pela indústria ou residências devido a fatores físicos, como em relação ao vento; 4) a adequação para o local, nesse caso ocorre a descentralização daquelas atividades que não podem se localizar mais em uma dada região devido aos usos instituídos ou proibitivos.

Blumenfeld (1964) estudou o uso da terra urbana em Chicago, notando quatro tipos de áreas nas cidades: áreas abertas, centro de negócios, áreas industriais e residenciais, observando que o núcleo histórico original da cidade, em geral manteve-se como núcleo central. O autor ressaltou na análise da segregação nas cidades, o desenvolvimento dos meios de transportes e periferização da cidade, devido à criação de subcentros e descentralização da indústria. Tal mudança tornou possível o aumento do tamanho dos lotes residenciais e, portanto do padrão dos imóveis. Houve a refuncionalização das residências da zona periférica de centro, devido à desvalorização econômica e social da área, implicando na substituição de uma população de alto status por uma de status social baixo e a deterioração dos prédios. Essas considerações ressaltam a importância da expansão urbana e descentralização da indústria e comércio na distribuição das classes sociais nos espaços urbanos.

Outro estudo que buscou entender como se distribuem as classes sociais no espaço urbano é o de Sjoberg (1976) que analisou as mudanças na disposição das classes sociais nas cidades pré-industriais até a cidade industrial. Observou a crescente urbanização dos subúrbios e os padrões de divisão das classes sociais, cada vez mais complexos, pois agora há inúmeros grupos sociais havendo a intensificação da estratificação social. A população de alto status se

desloca do centro das cidades devido ao crescimento urbano e degradação de tais locais, que passam a atrair migrantes.

Schnore (1975) ao analisar estudos anteriores ao seu, notou que deveriam ser consideradas as diferenças entre as cidades estudadas, não podendo ser analisadas da mesma forma, cidades latino-americanas e cidades anglo-saxônicas. Para Schnore (1975) a tendência observada nas cidades latino-americanas era o deslocamento da população de alto status, originalmente localizada no centro, em direção à periferia e isso era motivado pelo crescimento urbano e pela industrialização.

A análise marxista sobre a segregação iniciou-se indiretamente com Engels (1975) e avançou em diversos aspectos com Lefebvre (2008). Este parte da identificação de uma segregação na cidade industrial, considerando que a divisão social do trabalho se manifesta na divisão do espaço urbano.

A segregação, de acordo com Lefebvre (2008) deve ser analisada a partir de três aspectos: ora simultâneo, ora sucessivo; ora espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias), voluntário (estabelecendo espaços separados) e programado (sob o pretexto de arrumação do plano). O autor avalia o aspecto renda na questão da segregação e verifica a ação do Estado nesse processo, considerando que a segregação se relaciona a criação de espaços homogêneos e fragmentados, onde não há trocas e sim isolamento.

Para Lefebvre (1999) a segregação passa a ser motivada por objetivos estratégicos, pensados para atender as classes ricas, dividindo o espaço urbano, separando a sociedade em partes, não admitindo no mesmo espaço aquele que é diferente quanto à classe social. Portanto, a segregação é um rompimento de relações no espaço urbano e pode ser social, espacial ou cultural, realizado por objetivos estratégicos já definidos, através do planejamento urbano e seus instrumentos reguladores ou por agentes que constroem o espaço urbano, incluindo os promotores imobiliários, tornando a segregação racionalmente imposta.

O entendimento da diferenciação residencial é importante por estar intrinsecamente relacionada à segregação residencial. Para Harvey (1989) a diferenciação residencial significa diferentes acessos aos recursos que o mercado imobiliário oferece e diferentes oportunidades de mobilidade social. Esse processo produz áreas distintas, onde os bairros operários apresentam os valores da classe trabalhadora. A ação de especuladores imobiliários, donos da terra, Estado, instituições financeiras, influenciam diretamente na diferenciação residencial, que produzida em larga escala.

Para Harvey (1989) a diferenciação residencial reflete desiguais poderes aquisitivos das diferentes classes sociais, manifestas na organização do espaço urbano e nos distintos tipos de residências, de melhor ou pior qualidade.

Na análise da segregação, o autor acredita que a distância é um fator que influencia no preço da terra urbana, não em relação à infraestrutura disponível, mas sim quanto ao tempo de deslocamento. Então, as áreas desvalorizadas seriam aquelas onde o transporte é deficiente e/ou demora mais tempo para se chegar ao centro da cidade. Assim, as pessoas procuram morar onde os custos e o tempo com transportes são menores, distribuindo-se de acordo com oportunidades de emprego. A disputa pelas melhores localizações gera uma superfície diferencial de renda, distribuindo os indivíduos no espaço de acordo com a sua renda e levando ao processo da segregação.

Há setores da cidade que apresentam serviços coletivos de boa qualidade, ausência de males como a violência, sendo valorizados e habitados pelas classes sociais mais ricas. Os locais com características opostas são habitados pelas classes sociais mais pobres, estando invariavelmente segregadas no espaço urbano. Assim a segregação se associa aos rendimentos econômicos das classes sociais, refletindo a sua respectiva localização no espaço urbano, (HARVEY, 1989).

Sobre a segregação Castells (1983) considera que aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Para ele, a segregação é um processo social que reflete no espaço a distribuição irregular dos produtos entre os sujeitos, processo ampliado no sistema capitalista de produção, embora houvesse resquícios do mesmo em outros períodos históricos. O autor traz uma contribuição importante, ao afirmar que o estudo da segregação em cidades latino-americanas não pode se basear em estudos pretéritos, que se pautaram nas cidades europeias e americanas, devido às peculiaridades dos países latino-americanos. Quanto à urbanização desses países, afirma que:

[...] caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema, ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano, grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante, aceleração crescente do processo de urbanização, falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (CASTELLS, 1983, p. 99).

Castells (1983) entende que não pode-se explicar processos sociais que atuam no espaço urbano mediante leis econômicas gerais, pois é necessário considerar a estrutura social. Assim, não há uma lei que determine a diferenciação socioespacial, mas relações econômicas, políticas

e ideológicas que determinam a distribuição do produto, ou seja, a moradia. Quanto à segregação, esse autor não considera ser apenas a distribuição de grupos sociais no espaço urbano:

A segregação urbana não aparece então como a distribuição da residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como a expressão, em nível da reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades. Assim, não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social (CASTELLS, 1983, p. 262).

A distribuição das residências no espaço urbano produz, de acordo com Castells (1983) a sua diferenciação espacial e a distribuição dos locais de residência se relaciona com renda, status, enquanto que a segregação reflete a estratificação social na organização do espaço, podendo criar áreas fortemente homogêneas. O autor considera que o prestígio social e a preferência pessoal, mobilidade residencial influenciam na distribuição espacial.

Para Castells (1983) a segregação urbana reflete a ação das estruturas da sociedade capitalista, em nível econômico, político e ideológico. Quanto ao nível econômico, se associa a lógica da distribuição do produto (moradia) e os indivíduos, localizações e tempo de deslocamento em relação aos pontos estratégicos da cidade. Quanto ao nível político-institucional, o poder local reforçaria a segregação urbana, mediante ações das políticas públicas, favorecendo os interesses das classes ricas. Por sua vez o nível ideológico, se refere à leis econômicas, tipos de moradia, ações do mercado imobiliário e dos meios de comunicação social que influenciam a opinião dos grupos sociais.

O autor observa que a segregação se desloca como resultado da dinâmica econômica, por influência político-institucional e ideológica, onde se produz moradias de acordo com tipo de indivíduos que irá ocupá-la. Também considera a luta de classes e a influência na segregação, podendo levar a formação de guetos ou classes sociais distintas habitando um mesmo espaço, porém a mais poderosa se impondo sobre as outras. Dessa forma:

A segregação social no espaço é, portanto a expressão específica dos processos que visam à reprodução simples da força de trabalho, mas estes processos estão sempre inseparavelmente articulados com o conjunto das instâncias da estrutura social (CASTELLS, 1983, p. 266).

Entre Castells (1983) e Lefebvre (1999) há diferenças quanto à análise da segregação. Para Castells (1983) a forma das habitações e onde estão localizadas obedecem a leis gerais, que variam de acordo com renda, status profissional, etnia, ciclo da vida, etc. A estratificação social esta ligada ao nível de apropriação dos produtos produzidos socialmente, pois quando há

o distanciamento social entre aqueles que têm acesso aos meios de consumo coletivos e os que não têm se mostra no espaço urbano, há a segregação urbana.

Por sua vez Lefebvre (1999) considera a segregação como uma diferenciação espacial, que leva a formação de espaços homogêneos. Para o autor a abordagem da cidade deve considerar o viés histórico, ao contrário de Castells (2000).

Lojkine (1994) tal como Lefebvre (2008) observa que as políticas públicas nas cidades auxiliam no processo de acumulação capitalista, pois o Estado atua nas cidades contemporâneas através da regulação social. Ao planejar a cidade, não distribui os meios de consumo coletivos a todos os habitantes, sendo destinada apenas a uma parte da população, normalmente as classes sociais mais ricas. Dessa forma, a segregação seria produzida pelos mecanismos de preço do solo, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho, associadas à atuação do Estado ao dar as condições para a reprodução do capital e da força de trabalho.

Considerou-se três tipos de segregação urbana: 1) uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto que na periferia, sendo a renda de acordo com a localização; 2) uma separação crescente entre as zonas de moradia reservada às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; 3) um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminado em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritório, zona industrial, zona de moradias, ou seja, o zoneamento (LOJKINE, 1994). Portanto o elemento novo na análise marxista é o papel do Estado na regulação do espaço urbano e na realização do processo da segregação. Também, considera não ser aleatória a distribuição de classes sociais no espaço urbano e que o processo da segregação se torna cada vez mais complexo devido ao crescimento das cidades e as mudanças na estrutura de classes sociais.

Marcuse (2000) considera a cidade contemporânea como “a cidade em pedaços”, a fim de explicitar que há extremos de riqueza e pobreza concentradas em partes da mesma, resultantes da intensificação da fragmentação social, desencadeada pelo capitalismo. O autor avalia a separação quanto aos usos e funções na cidade, relacionado à divisão econômica do espaço e também a divisão social do espaço, sendo a segregação residencial um aspecto importante. A divisão econômica do espaço caracteriza-se pelos diferentes padrões de uso do solo, que definem o núcleo central de negócios, subcentros, eixos, etc.

Na divisão social do espaço urbano, Marcuse (2000) considera importantes quatro aspectos: classe, raça ou cor, etnia e estilo de vida. A divisão por classe e raça se mostraram hierarquizadas e determinadas socialmente, enquanto que a divisão por etnia e estilo de vida

são voluntárias e determinadas culturalmente. Para o autor, há restrições para entrar no espaço dos grupos sociais distintos, relacionados, no caso dos EUA, a aspectos sociais e raciais, mas as diferenças de residências relacionam-se aos preços das mesmas. O critério raça e etnia não têm se mostrado tão relevante no contexto da cidade latino-americana.

Para Marcuse (2000) na divisão da cidade, são importantes os aspectos renda e poder, pois boa parte dos usos da terra urbana tem relação direta com o mercado imobiliário, ou seja, quem possui maior renda pode consumir as melhores residências, nos melhores bairros, mas o poder é importante, pois nem tudo o que ocorre no mercado imobiliário e nos usos da terra é determinado apenas pelo dinheiro, pois há leis de zoneamento, controle estatal que se relacionam diretamente com o poder. A partir da divisão das classes sociais e a relação com renda e o poder, se torna evidente como se realiza a segregação no espaço urbano.

Quanto aos “pedaços” da cidade, Marcuse (2000) estabelece: 1) a cidade do luxo; 2) a cidade gentrificada; 3) a cidade suburbana; 4) a cidade do trabalho não qualificado e do cortiço; 5) a cidade abandonada e da economia informal. Na cidade do luxo, reside a elite que exerce o controle político sobre a cidade, podendo ultrapassar o espaço intraurbano. A cidade gentrificada concentra a classe empresarial e os profissionais qualificados, que podem influenciar na estrutura urbana. Na cidade suburbana, há a maior densidade populacional, padrão predominante da habitação americana, onde reside a classe média composta por industriais e/ou pequenos empresários e trabalhadores qualificados aposentados. Na cidade do cortiço e do trabalho não qualificado, encontram-se as residências da classe trabalhadora, as indústrias, serviços e os bairros de imigrantes.

Na cidade abandonada e da economia informal, Marcuse (2000) observa áreas desassistidas pelo poder público, a população de trabalhadores não qualificados atuando na economia informal, além de ser uma área abandonada economicamente, local de residência dos excluídos. Essa parte da cidade pode concentrar enclaves étnicos, ou ser local de migrantes recém-chegados à cidade. Os guetos surgem nessa parte da cidade, vinculado ao confinamento involuntário, com base na raça. Há ainda relações entre os habitantes com a migração e imigração, pois a identidade influencia na localização dos migrantes e imigrantes, em distintas partes das cidades: os imigrantes de alto poder aquisitivo deslocam-se para as áreas de gentrificação, enquanto os migrantes internos e de baixo poder aquisitivo deslocam-se para os cortiços e para a cidade abandonada.

Assim, Marcuse (2000) considera que a segregação residencial é um processo em que um grupo populacional é levado de forma involuntária a se localizar em uma dada área espacial,

criando guetos. O autor não concorda com a denominação de segregação voluntária, ou autosegregação, uma vez que a segregação é um processo imperativo e relacionado às classes sociais.

Para Marcuse (2004) a segregação se divide em: 1) divisão cultural: através da língua, da religião, etnia, arquitetura, nacionalidade; 2) divisão funcional: quanto à lógica econômica, que se mostra no resultado da divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e industriais; 3) divisão por diferença no status hierárquico: relacionado às relações de poder na cidade. O autor define segregação como:

“[...] o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto”. (MARCUSE, 2004, p. 24).

É importante na análise do autor a participação do Estado no desenvolvimento da segregação, seja atuando na produção do processo ou na inibição do mesmo. O Estado atua através de leis que garantam o direito à propriedade privada, com poder coercitivo da polícia, da implantação de infraestruturas diferenciadas e nos privilégios concedidos às classes altas.

Os estudos marxistas sobre a diferenciação socioespacial e a segregação na América Latina são verificados através de Bähr & Mertins (1983), que estudaram os espaços urbanos em metrópoles da América Latina, na segunda metade do século XX. Elaboram um padrão complexo de localização das classes sociais nas cidades, onde a diferenciação se mostra através das habitações, devido à divisão das cidades ocasionada pela expansão industrial, diferença dos status sociais representados nos bairros e o processo de formação e expansão das cidades. Identificaram-se três tipos de bairros marginais 1) aqueles bairros próximos ao centro, que se deterioram devido à expansão da indústria e da classe alta que os deixou; 2) os aglomerados coletivos para operários, criados no início do século XX; 3) áreas edificadas, ilegais ou não, sendo bairros extensos, notadamente na periferia das cidades.

No modelo de Bähr & Mertins (1983) a cidade é complexa e apresenta área central, vários subcentros comerciais, zona de transição no entorno da área central, bairros marginais centrais, que podem ter *slums*. Há também bairros antigos degradados e de classe baixa, ilegais ou semilegais, no centro ou ao redor, bairros de classes baixas, média-baixa, média, média-alta e altas. Encontram-se também zonas industriais ao longo de vias de transportes, bairros de habitação popular, bairros ilegais, legais e semilegais nas periferias das cidades.

A diferenciação das áreas residenciais se dá pelos diferentes materiais de construção usados nas habitações, os tipos das construções e as condições jurídicas dos terrenos, bem como o status socioeconômico da população. A questão da ilegalidade dos terrenos emerge na análise dos

autores, pois estão tratando da cidade latino-americana, portanto diferente dos estudos anteriores que se tratavam de cidades norte-americanas e europeias. A ilegalidade relaciona-se a não intervenção do Estado quanto à regularização de loteamentos ilegais que surgem nas cidades latino-americanas, reflexo da desigualdade social e pobreza urbana (BÄHR & MERTINS, 1983).

Bähr & Mertins (1983) observam as migrações intraurbanas, observando que as classes sociais mudam de lugar na cidade e que a mesma recebe migrantes oriundos do campo, que passam a habitar os locais deixados pelos primeiros. A descrição das habitações das *slums* e *turginos* denota a variedade da pobreza urbana, sendo esses locais os primeiros a receber os migrantes e crescem, pois têm acesso razoável aos serviços urbanos e mercado de trabalho. Porém as pessoas mudam gradativamente de lugar, passam desses bairros para os bairros marginais periféricos e concomitantemente surgem, nas áreas periféricas os condomínios fechados para atender o alto status. Os migrantes, ao chegarem à cidade também habitam o centro da cidade e depois se mudam para os bairros ilegais ou semilegais.

Nesse sentido, Bähr & Mertins (1983) trazem uma importante contribuição na análise da segregação, incluindo a migração intraurbana como outro elemento nas cidades latino-americanas, visto que essas recebiam principalmente populações oriundas do êxodo rural. Assim, a migração para a cidade e posteriormente dentro dela, levam a uma considerável mobilidade social e mudanças nas habitações, que ao degradarem, são destinadas as classes mais pobres. Da mesma forma, o Estado não regula a criação de novos bairros, muitos ilegais, pois são necessários à cidade, devido à mão-de-obra barata que os habitam, indispensável para a manutenção da acumulação capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se que os estudos sobre segregação residencial/socioespacial não são recentes, ocorrendo em diferentes temporalidades e posicionamentos teóricos distintos. Pode-se perceber que o espaço urbano não é estático, bem como os processos sociais que desenrolam-se nas cidades também não são e por essa razão o processo da segregação altera-se com o decorrer do tempo.

As diferentes abordagens mostradas nesse artigo servem para mostrar a contribuição de cada autor na busca pela compreensão da disposição das classes sociais nos espaços urbanos e são válidos cada qual sua época e cidade analisada.

REFERÊNCIAS

BÄHR, J.; MERTINS, G. Um modelo de la diferenciación socio-espacial de las metropolis de América Latina. *Revista Geográfica*, IPGH, n. 98, jul./dec., 1983, p. 23-29.

BLUMENFELD, Hans. The Urban Pattern, In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, CCCLII (1964), 74-83.

BURGESS, E. W. O Crescimento da Cidade: Introdução a um Projeto de Pesquisa. In PIERSON, Donald (Org.) *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Martins, 2ª ed. Tomo I, 1970. p. 353-368.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

ENGELS, Frederick. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.

HARRIS, Chauncy & ULLMAN, Eduward L. The nature of cities. *Annals of Am. Academy of Political and Social Sciences*, 242, 7 -17.

Disponível:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1026055?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100824964041>>. Acesso em 11 de junho de 2012.

HARVEY, David. *The urban space*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989. p 109-127.

HOYT, Homer. The pattern of movement of residential rental neighborhoods. In: Fyre, Nicholas R & KENNY, T Judith (org). *The urban geography reader*. New York, Routedge, 2005.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSE, Peter. Cities in quarters. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sobh (Ed). *A company to the city*. Oxford, UK: Blackwell, 2000. P. 270-281.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SCHNORE, Leo F. Sobre a estrutura espacial das cidades das duas américas. HOUSER, Philip e SCHNORE, Leo (org). *Estudos de urbanização*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

_____. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In MARICATO, E. (org). *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SJOBERG, Gideon. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. In: IN HOUSER, Philip & SCHNORE, Leo (org). Estudos de urbanização. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.